



## O SIGNIFICADO DO MOMENTO DA SAÍDA DE ADOLESCENTES DE INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO AO COMPLETAREM 18 ANOS DE IDADE: e agora?

Andreia Agda Silva Honorato <sup>1</sup>  
Juliana Lapa <sup>2</sup>

### RESUMO

Esse trabalho traz resultados de pesquisa sobre Política de Assistência Social, num abrigo da cidade de Santo André que atende adolescentes que, ao atingirem 18 anos são determinados a deixar a instituição. Em 2003 esse abrigo pertencia à Secretaria de Assistência Social e decorrente a fatores contraditórios foi assumido pela Secretaria de Educação (único caso no Brasil). São Jovens que vivenciam momentos de inseguranças enquanto resultado de ações contraditórias a uma pedagogia emancipatória. Assim, defende-se a criação de políticas públicas após a desvinculação institucional e aprofunda-se a discussão sobre cotidiano, rupturas e violações: é a travessia dos “muros do abrigo”.

**Palavras-chave:** adolescentes, instituição de acolhimento, maioria civil, saída do abrigo e políticas públicas.

### ABSTRACT

This work presents the results of study on Social Policy, in a shelter in the city of Santo André serving adolescents who, upon reaching 18 years are determined to leave his the institution. In 2003 this shelter belonged the Secretary of Social Welfare and the resulting contradictory factors was undertaken by the Education Department (the only case in Brazil). Youth who are experiencing moments of insecurity as a result of actions contradict an emancipatory pedagogy. So called for the creation of public politics after untying institutional and deepened the discussion about everyday life, disruptions and violations: the crossing of the "walls of the shelter".

**Keywords:** adolescents, the host institution, civil majority, the exit from the shelter and public policy.

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). [andreiah\\_agda@yahoo.com.br](mailto:andreiah_agda@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Especialista. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). [julilapa@hotmail.com](mailto:julilapa@hotmail.com)



### 3. INTRODUÇÃO

Esse trabalho aborda a questão da criança e do adolescente em condição de acolhimento institucional na modalidade abrigo, para receberem medida de proteção segundo preconizações constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente, mas a ênfase da pesquisa está no momento em que, por determinação do poder judiciário, endossado pelo poder executivo, adolescentes ao completarem 18 anos de idade precisam deixar a instituição de acolhimento, assim, se deparam com uma situação conflituosa permeada por expressões concretas, mas também subjetivas: angustia, ansiedade e incerteza, com interrogações que dão sentido ao medo do “isolamento”, pois nesta circunstância, encontram-se na maioria das vezes, sem a família biológica, a família estendida e sem o “abrigo” que até então era a sua referência de lar – a questão que fica é: “e agora?”. O que significa para esse adolescente crescer ou passar grande parte de sua vida num abrigo e o que significa para ele ter que deixá-lo por causa da maioridade civil? O quanto esse abrigo representou tutela ou espaço de acolhida e de socioeducação? Quais foram as contribuições para que esse adolescente pudesse alcançar autonomia e assumir sua vida independente fora do abrigo? E os laços familiares, como foram trabalhados durante seu período de acolhimento institucional? Quais são as suas expectativas sobre seu futuro?

Pesquisadores, profissionais e outros poderão ter acesso a um patamar de discussão sobre infância e juventude que perpassa as legislações vigentes, ultrapassando discursos de que a criança e o adolescente são considerados como prioridade absoluta na agenda das políticas sociais do país. Esse é um tema paradoxalmente, exaltado e reduzido, uma vez que, a ausência de políticas públicas para a juventude, aqui compreendida na faixa etária entre 15 e 29 anos de idade, segundo a Organização das Nações Unidas, encontra-se como (des)preocupação latente por parte do Estado. Assim, a pretensão desse debate é agregar resultados de pesquisa que comprovem a ausência da efetividade de políticas públicas, concomitante, a instigar para a necessidade tardia de se implantar programas que caminhem ao encontro das reais necessidades, considerando os fatores sócio-históricos de seu público e que, verdadeiramente venham a garantir direitos para além do papel.



Os sujeitos dessa pesquisa são adolescentes com idade entre 15 e 17 anos e 11 meses, que vivem sua cotidianidade em abrigo e que, deveriam durante esse período, serem preparados de maneira gradativa para seu desacolhimento institucional, mas em contrapartida, se veem tendo que dar conta de respostas para seus próprios cuidados e sobrevivência com a autonomia que não foram preparados ao longo de sua infância e adolescência, pois viveram sob a tutela do Estado em abrigos e que agora, se deparam com uma juventude negada pelo próprio tutor – o Estado.

Essa pesquisa se encontra em fase conclusiva de dissertação de mestrado sob a orientação da professora Dra. Myrian Veras Baptista, a ser defendida em agosto de 2011 ao Programa de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O universo onde a pesquisa se realiza é a Instituição de Acolhimento Lar Escola São Francisco de Assis, situada no município de Santo André em São Paulo e que atende 165 crianças e adolescentes. Percebendo que não havia a história institucional registrada na íntegra, foi preciso pesquisar seu histórico institucional, entendendo que tanto a história da cidade quanto a do abrigo nos remetem a compreender uma série de fatores relacionados à história da institucionalização de crianças e adolescentes e, os rebatimentos do sistema capitalista, enquanto expressão da questão social sobre as famílias andreenses que, em nome do direito, tiveram seus direitos violados.

Esse abrigo era gestado pela Secretaria de Assistência Social, através da Política de Assistência Social, mas em julho de 2003, foi repassado para a gestão da Secretaria de Educação, tornando-se Lar “Escola” decorrente à estratégia capitalista onde foi consolidado parcerias por meio de convênios com Organizações Não Governamentais, para realizarem a gestão administrativa pedagógica do abrigo, visando deste modo, a flexibilização de maiores verbas de maneira menos burocrática (sem necessidade de compras por licitação).

Nas diferentes metodologias aplicadas, destaca-se a ausência de uma pedagogia emancipatória direcionada para a libertação dos sujeitos sociais, pois ao contrário desse modelo, foram predominadas ações autoritárias, paternalistas e estrategistas que só reforçaram a tutela destes que, ao completarem 18 anos, são submetidos a fazer a travessia para além dos “muros do abrigo” sem qualquer tipo de apoio.

O objeto norteador dessa pesquisa está no desvendamento e na compreensão dos significados objetivos e subjetivos, agregados pelos jovens ao seu momento da saída da



instituição de acolhimento, ao completarem 18 anos de idade. Nesta perspectiva, foi considerado que havia dois pontos fundamentais a serem pesquisados: a reconstituição da história da instituição (de modo a revelar como foi tratada essa questão em todo o seu processo de constituição) e o outro, a história de vida dos sujeitos da pesquisa contada por eles mesmos. Quanto aos objetivos constantes, foram:

➤ Conhecer o significado que tem para os adolescentes crescer ou passar significativa parte de sua vida num abrigo e, principalmente, o significado de ter que deixá-lo por motivo de sua maioridade civil.

➤ Compreender em que medida esta instituição representou para o adolescente um espaço de tutela ou de acolhida e socioeducação? Que contribuições existiram para que pudesse alcançar autonomia e assumir sua vida independente, fora da instituição? Quais as suas expectativas e perspectivas de futuro?

Em termos operacionais, as propostas desse trabalho referem-se ao oferecimento de contribuições à prática cotidiana de educadores que atuam na operação de medida protetiva em instituições; indicadores ao município quanto a necessidade de implantação de novas políticas públicas para a juventude, bem como, a ampliação desse debate entre pesquisadores e sociedade civil. Quanto aos procedimentos para coleta das informações, se processou a partir da utilização de vários instrumentos, tais como: observação participante (baseada na experiência empírica durante a atuação como Assistente Social nessa instituição; na participação como pesquisadora junto ao MDS – Ministério de Desenvolvimento Social através da Fundação Oswaldo Cruz, no Levantamento Nacional sobre Acolhimento Institucional e em razão da realização da pesquisa de campo para a dissertação em andamento); pesquisa documental; entrevistas semi-estruturadas com gestores e técnicos do abrigo; e de história oral, com os adolescentes – sujeitos da pesquisa. Dentre os procedimentos adotados nas entrevistas, foi utilizado termo de consentimento livre e esclarecido, aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da PUC São Paulo e, instrumentos como: gravador, filmadora e máquina fotográfica.

As abordagens principais da pesquisa aconteceram por meio de história oral que segundo Portelli (1997) “é àquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados, que sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas”. Assim, as análises das informações obtidas nessas aproximações estão sendo precedidas de uma organização que tem por referencial as



categorias analíticas do método: a totalidade, a história e a contradição que se dão à luz de teorias que as subsidiam, levando em conta: as relações sociais e de classe, perspectivando seu contexto sócio histórico e as subjetividades impressas nas relações estabelecidas.

Esse trabalho é composto por quatro capítulos: “Conhecendo Santo André”; “Desvendando a História do Lar Escola São Francisco de Assis”; “Gestão Pública, Rede Social de Atendimento e Análise da Vulnerabilidade Social existente no território” e “Protagonizando a narrativa de sua História de Vida”, onde a metodologia da pesquisa se dá pela História Oral, sucedida pela análise dos resultados alcançados.

#### **4. DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO**

Relatos históricos sobre o século XVI nos contam como os portugueses formularam um projeto de exploração das novas terras e de aculturação de seus moradores, quando chegaram ao Brasil, onde portugueses se depararam com as nações indígenas que ocupavam o território e estrategicamente incluía a vinda dos jesuítas para catequizar os nativos de modo a facilitar a colonização, assim, diante da resistência dos índios à cultura europeia e à formação cristã, os padres resolveram investir na educação e na catequese das crianças indígenas, consideradas “almas menos duras”. Tanto a história de Santo André quanto a história da instituição de acolhimento tem suas raízes nesse contexto, onde vamos encontrar indícios de uma cultura nas quais interesses não expressos mascaram-se atrás de aparências e de propostas humanizadoras. Neste contexto, foi degredado o português João Ramalho que aportou nas praias de São Vicente e, adentrando as matas para além da serra, fundou o povoado de Santo André da Borda do Campo (em 08 de abril de 1553) casou-se com Bartira, filha do cacique Tibiriçá da tribo dos Guainazes, tendo muitos filhos. Sua figura é importante no desenrolar desta história porque ele conhecia algumas tribos e conseguia estabelecer contato com as mesmas, de forma a ajudar o processo de colonização da região, assim, a região passou por um período de estagnação, tornando-se local de passagem entre o Porto de Santos, a capital e o interior. Diante desse cenário, durante três séculos seguintes, a região permaneceu em completo abandono – estrategicamente ele conseguiu atingir seus



objetivos políticos que não estavam relacionados aos interesses dos povos que ali já habitavam.

As aproximações a essa história também nos mostram realidades complexas e contraditórias, contruídas no contexto das diversas conjunturas criadoras e consolidadoras do Estado brasileiro, do mesmo modo, pontuado rigorosamente por Myrian Veras Baptista (Baptista. 2006,p.21 in Coletanea Abrigar).

No desenvolvimento original desse trabalho, são apresentadas as décadas de 1930 a 1980, além das crises oriundas de um processo de maior abertura econômica ao capital externo, iniciada no governo de Fernando Collor de Mello e intensificada no governo de Fernando Henrique Cardoso, que contribuíram para a mudança do cenário econômico de Santo André. O percurso por essa história nos mostra o quanto é relevante estudar o território quando se pretende realizar estudos sobre instituições. Em sumo, são caminhos reveladores que confirmam o que Paulo Freire nos deixou:

*“Quanto mais conscientemente faça a sua história, tanto mais o povo perceberá, com lucidez, as dificuldades que tem de enfrentar, no domínio econômico, social e cultural, no processo permanente da sua libertação”. (Freire. 1990, p.41).*

Existe em Santo André uma população de 673.914 habitantes, sua receita orçamentária está no valor de R\$ 1.284.293.975,00 e suas despesas chegam a R\$ 1.089.478.953,00 segundo IBGE (2010). Nesta cidade, são numerosas as demandas por e dos serviços públicos, principalmente de programas sociais para o atendimento da população pobre. As áreas de favelas ganham destaque neste cenário e são áreas com volume significativo de famílias que nelas precariamente habitam, ou seja, trata-se de uma população expressiva que vive cotidianamente com os mínimos sociais e que dependem majoritariamente de meios de sobrevivência ligado a programas de transferência de renda. Muitas mulheres são arrimos de família e que, por estar nessa condição, precisam de espaços educativos de cuidados para seus filhos: de creches e de escolas fundamentais em tempo integral, mas encontram dificuldades de acesso, pois o município dispõe de vagas distribuídas nas modalidades de período integral, semi-manhã e semi-tarde, onde as listas de espera para vagas em creche chegam a um total de 1700 nomes em 2011, sendo que 4.3 mil crianças precisam de vagas no município e, destas, apenas 5356 encontram-se matriculadas nas 25 creches públicas e 18 creches



conveniadas existentes. Outro impacto dessa ausência de vaga situa-se na ampliação do volume de atendimentos (28.000 famílias) em quatro CRAS – Centro de Referência da Assistência Social - e no número de famílias referenciadas nos CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social (2220 famílias).

Quanto a política pública de saúde, destacamos que a demanda por uma rede de atendimento médico público e particular é densa nesse território, são numerosas as filas e os momentos de espera por agendamentos nesse serviço. Sabemos que esse dado não é uma característica peculiar do município, mas de todo o território nacional, entretanto pontuaremos que a precarização local é uma questão preocupante, que gera mais um problema de política pública que interfere na vida das pessoas, principalmente, daquelas de classe pobre que não detém meios para financiar atendimentos médicos particulares e que, ao não servirem-se desse serviço - para si ou para seus filhos – são configurados como negligenciadores dos devidos cuidados aos mesmos, assim, buscamos ver o que acontece com crianças, adolescentes e jovens de famílias pobres, procurando entender porque uma política pública que tem por proposta realizar uma medida que os protegesse – o acolhimento institucional - passou a ser a saída para “resolver” problemas advindos da pobreza, da falta de acesso, da falta da garantia de direitos preconizados em lei, deixando, inclusive, de possibilitar a convivência familiar sob o mesmo teto, reforçando a culpa que muitos carregam por não serem “capazes” de manter a sobrevivência de seus próprios filhos e que por isso, terem que pagar, como “castigo”, com a dor do afastamento destes para que sejam cuidados pelo Estado. Nesta “lógica”, as famílias acabam com o passar do tempo, acreditando que de fato, o melhor para os seus filhos é viver sob a responsabilidade do Estado e não sob o risco de sua “incapacidade” protetiva. Passam, então, a crer e até a verbalizar que: “o amor não enche a barriga de ninguém”. Essa condição acaba sendo, de fato, para essas famílias, um sofrimento ético-político. Já a questão da juventude aparece nesse cenário, sem lugar de pertencimento. A história do Brasil nos remete a refletir sobre um comportamento de querer levar vantagem em tudo e isso não mudou, isso está refletido fortemente na história das instituições, que segundo Myrian Veras Baptista:

“em algumas conjunturas, os cuidados que essas crianças e adolescentes recebiam frequentemente mascaravam interesses de outras pessoas, os quais pouco ou nada tinham que ver com o seu bem-estar”. (Baptista, 2006,p.33).



Desde 2003, os serviços de abrigos em Santo André abriram espaço ao terceiro setor e em quase oito anos, passaram cinco organizações não governamentais na gestão, onde foram implantadas metodologias baseadas nas estratégias de destaque e de permanência no poder, objetivadas no acesso de seus próprios interesses: em 2003 com a primeira ONG conveniada instituiu-se a filosofia de dar certo sob a frase: “custe o que custar”; em 2004 continuou a ideia “custe o que custar”, mas agravado por uma nova ONG que buscou destacar-se além da organização anterior. O preço foi mais alto e o abrigo chegou a ser quase transformado num polo administrativo empresarial com fortes interesses baseados na lógica do mercado capitalista onde o órgão público repassa para a ONG, um investimento anual no valor de sete milhões e duzentos mil reais; em 2009, outra ONG assume a partir de interesses do poder público em se tornar referência nacional e internacional, com ações extremamente legalistas e com uma prática ágil de desabrigamentos que se tornassem visíveis ao cumprimento do retorno da criança e do adolescente ao convívio familiar (desconsiderando totalmente a história); já em 2010: assume outra organização que mescla ações que já existiam e que deram certo nas gestões anteriores com a sua própria metodologia; esta permanece frente a gestão, mas não deixa de ter a clareza que sua permanência está ligada aos interesses do poder executivo (instabilidade posta diante da possibilidade de troca de gestão partidária a cada processo eleitoral). Os interesses políticos partidários sempre estiveram à frente da efetivação das Políticas Públicas e, nesta dissertação, se torna possível mostrar e ampliar o debate sobre Estado, desenvolvimento e crise do capital que atinge milhares de brasileiros, colocando-os num patamar inacessível ao que se têm direito.

## 5. CONCLUSÃO

Chegou a hora de fazer diferente, de firmar uma nova reflexão sobre um novo significado a ser assumido para o cotidiano de um abrigo: a autonomia, o desenvolvimento e a independência dos protagonistas, atreladas na preparação dos jovens para sua saída do acolhimento institucional, firmando assim, a potencialidade





destes como produtores de saberes que podem e devem ser capturadores para reorganizar o presente e pautar seu futuro fora do espaço abrigo. Esse momento precisa definitivamente ser pensado e repensado com base na preparação planejada no apoio, na segurança e na possibilidade desse jovem poder reelaborar sonhos e projetos de futuro que, segundo Isa Maria Guará:

“A questão do caráter provisório e transitório da medida do abrigo não impede que o tempo presente na instituição seja vivido como possibilidade de desenvolvimento da criança e do adolescente e que o bem-estar seja tão importante quanto o bem-sair.” (GUARÁ:2006, p. 67).

É preciso implantar programas municipais, começando por repúblicas para jovens com a atuação de educadores que contribuam com a preparação desses para uma vida adulta fora de instituições, direcionando-os a autonomia, recompensando a preparação que na modalidade abrigo não tiveram. Durante esse período, se faz preciso incluí-los em outros programas que deem acesso à profissionalização, ao mercado de trabalho, a uma possível aproximação com seus familiares. É preciso estar junto desse jovem em sua formulação de redes, de laços e no acompanhamento de sua participação política através de conselhos de direito enquanto agente fiscalizador de políticas públicas. Formá-los para a vida de modo emancipatório, com visão crítica da realidade.

## 6. REFERÊNCIAS:

BAPTISTA, M.V. “Comentário do art. 93” in CURY, MUNIR (coord.) *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais*. São Paulo, Malheiros, 2010, 10ª Ed.

Coletânea Abrigar: Abrigo Comunidade de Acolhida e Socioeducação / [Coordenação Myrian Veras Baptista]. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. - -. Vários autores.

FREIRE, P. A Importância do Ato de Ler. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Ed. Cortez. 1990.



GUARÁ. I.M.F.R. (Coletânea Abrigar) Abrigo: Comunidade de Acolhida e Socioeducação. Instituto Camargo Correa. 2006.

PORTELLI, A. "O que faz a história oral diferente" in Tentando aprender um Pouquinho- Projeto História nº 14. São Paulo, fevereiro de 1997.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. Texto apostilado. 2002.

Sites Consultados:

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.santoandre.sp.gov.br>